

- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

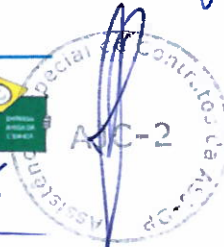
CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o projeto básico anexo e sua proposta técnica, inseridos, respectivamente, às fls. 111 a 117 e 36 do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b – Obedecer às normas de Projeto de Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- h- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;



- i- Obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito à indenização;
- j Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- k- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- l- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- m- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- n- providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- o – na execução contratual, a gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- p – Em caso de obra, a **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- q- A **CONTRATADA**, em caso de obra, deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;
- q.1 – A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.
- r- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em



vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;

s- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;

t- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;

u- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;

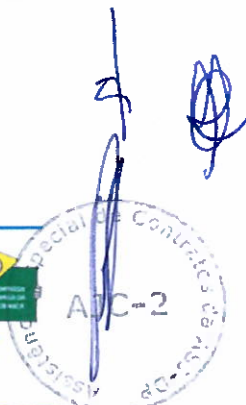
v – No caso de obras, a **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e

w - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.

5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.



5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "t", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

5.4. No caso de obra, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

5.5. Ao final da obra, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

- 6.1. O objeto deverá estar concluído no prazo de **02 (dois) meses** contados da data indicada na Ordem de Início para a execução, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento contratual.
- 6.2. O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.
- 6.3. O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

- 6.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.
- 6.5. A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.
- 6.6. A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de preço unitário, pelo valor de **R\$ 83.758,26 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos)**, conforme proposta de fls. 36/37 do processo administrativo de referência.
- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Orçamentária: 411110322
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903918
Centro de Custos: DI03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2020000353

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1. O valor desta contratação será irrevogável.

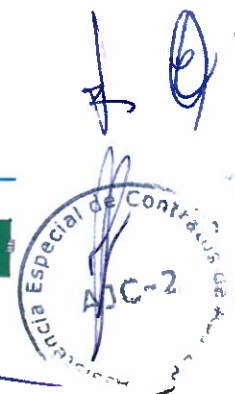
CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica dos seguinte profissional: Sr. MIGUEL RIBEIRO DA SILVA, engenheiro eletricista, inscrito no CPF sob nº 847.790.206-20, RG 064894 D – CREA/MG, que ficará autorizado a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter o(s) engenheiro(s) indicado(s) nesta cláusula como Responsável(is) Técnico(s) na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição do(s) Responsável(is) Técnico(s) poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3. O(s) Responsável(is) Técnico(s) aqui indicado(s) deverá(ão) figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.10 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. O(s) pagamento(s) da(s) fatura(s) será(ão) efetuado(s) conforme cronograma financeiro de fls. 73 do processo de referência, após a aceitação da(s) medição(ões) correspondente(s) por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido, contado a partir da data final do período de adimplemento
- 10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa da obra ou serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.10 e 10.11 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.
- 10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.7.
- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução das obras/serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

- 10.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação do que deverá ser executado no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra/serviço.
- 10.4. Ao final de cada período, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 10.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 10.6. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.
- 10.7. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada (ver item 10.10 e 10.11), importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7.1. No caso da não concordância com apenas parte da medição, a Fiscalização liberará o valor não controvertido, notificando a **CONTRATADA** para providências quanto às pendências do restante da medição.
- 10.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 10.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.



- 10.11. O pagamento das notas fiscais relativas às etapas dos serviços de engenharia/obras executados ficarão condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

I) Para todos os casos de obras, bem como para os serviços de engenharia que possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE, em suas dependências ou fora dela:

- a) medição/detalhamento que fora executado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova de Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FGTS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, quando enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento .

II) Para os demais serviços de engenharia que não possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE:

- a) medição/detalhamento que fora executado; e
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, previsto na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento.

- 10.12. A ausência de qualquer dos documentos exigidos para a realização dos pagamentos, conforme itens I e II da cláusula 10.11, impedirá a obtenção do recibo de adimplemento pela **CONTRATADA**, nos termos do art. 191 do RILC.

10.12.1. Apenas quando vencidas, as seguintes certidões deverão ser reapresentadas como condição à obtenção do recibo de que trata o item anterior: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo

TRT, sendo que os itens "ii" e "iii" somente serão exigidos quando houver mão de obra alocada à contratação.

10.12.2. A ausência dos documentos indispensáveis à configuração do adimplemento ensejará a notificação da **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento destas obrigações, bem como para a apresentação de defesa prévia.

10.12.3. Expirado o prazo constante do item acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato será rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" da cláusula 14.6.

10.13. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, e só será processada após a aceitação provisória da obra/serviço de engenharia.

10.14. A **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

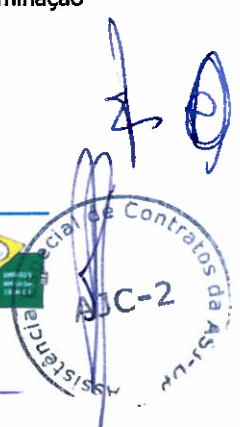
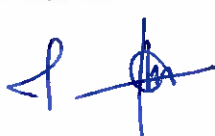
10.15. Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não será exigida garantia contratual em razão do baixo valor desta contratação, conforme OS n. 14.927/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão do objeto em andamento. A suspensão se tornará efetiva 30 (trinta) dias após o recebimento desta determinação pela **CONTRATADA**.



- 12.2. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução – OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 12.3. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** integrarão este Contrato.
- 12.4. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** ficará localizada, obrigatoriamente, no município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 12.5. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 12.6. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.7. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.8. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes à iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 12.9. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 12.10. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.10.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para



cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.

- 12.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma execução mínima que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras CONTRATADA.

12.11.1. Caso as etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE** será pago à **CONTRATADA** somente o que houver sido efetivamente executado.

- 12.12. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução das obras/serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

- 12.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

- 12.14. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

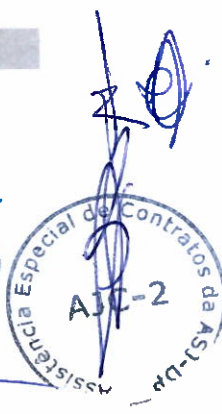
- 12.15. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com as demais contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

- 12.16. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

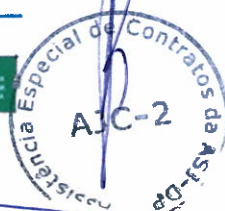
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação no objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:
- a) advertência;
 - b) multa administrativa;
 - c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.
- 14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.
- 14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:
- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
 - ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
 - iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
 - iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
 - v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.



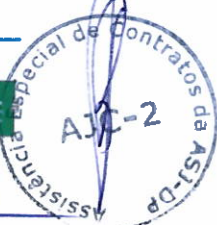
- 14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:
- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
 - iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.12.
- 14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.
- 14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:
- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
 - b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.
- 14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.
- 14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.
- 14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.



- 14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.
- 15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:
- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
 - II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
 - III – decisão judicial ou arbitral.
- 15.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 15.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.
- 15.5. A rescisão por ato unilateral acarretará as seguintes consequências:
- I – a assunção imediata do objeto contratado pela CEDAE, no estado e local em que se encontrar; e
 - II – aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre a parcela não-executada do contrato, devidamente reajustada, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato, no caso de culpa da CONTRATADA.
- 15.6. A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.



- 15.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 24 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

- 17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.
- 18.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem

como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.

- 18.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da CEDAE no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a CEDAE exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

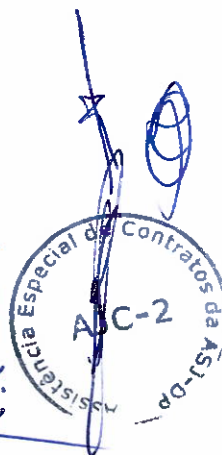
- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

- 21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

- 22.1. O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:



- 22.2. Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.
- 22.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços de engenharia executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- 22.4. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 22.5. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- 22.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- 22.7. A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento.
- 22.8. O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- 22.9. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se

for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

- 22.10. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- 22.11. Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.
- 22.12. O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC
- 22.13. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

- 23.1. O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, da seguinte forma:
- 23.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).
- 23.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.
- 23.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.



- 23.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.
- 23.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.
- 23.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 23.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.



- 24.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.
- 24.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.
- 24.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.
- 24.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.
- 24.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- 24.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- 24.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.

25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução das obras/serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

27.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 11 de 03 de 2020.

Pela **CEDAE**:


IURI MORENO DE MEDEIROS
Gerente da DRI-11


CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ
Diretor da Região do Interior

Pela **CONTRATADA**:


MAURICIO FRAGATO
Sócio Administrador


ERIKA KEMMAN KARVOWSKI
Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

1) Leonardo M. de Oliveira da Costa.

2) Flávia Sal Sanz Behar

Ref.Contr-LIDOAR-serviço-manutenção-DL-003-2019.

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)

1. OBJETO

Serviço de manutenção elétrica e eletromecânica da estação de tratamento de água do município de Itaiva.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação direta tem por objetivo melhorias das instalações elétricas e eletromecânicas da ETA de Itaiva que se encontra em condições precárias de conservação, podendo trazer riscos aos funcionários bem como paralização do abastecimento de água para o município, em caso de falha do sistema eletromecânico, em conformidade com o artigo 29, inciso 1 do Regulamento Interno de Licitações e Contrato da CEDAE.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- Substituição do aterramento da ETA;
- Substituição dos atuais painéis elétricos de comando e proteção;
- Fornecimento e montagem de painel de baixa tensão para uso em sistema trifásico, instalação abrigada, para alimentação de dois motores trifásicos de 50cv e 220cv com acionamento de Soft Starter;
- Substituição de condutores singelos ou múltiplos, instalados em linha de dutos;
- Adequação do sistema de iluminação normal e de emergência conforme exigência da NR – 10.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O critério de julgamento da proposta será a de **maior desconto** segundo o artigo 54 da lei 13.303/2016

5. TIPO DE CONTRATAÇÃO DE REGIME/ FORMA DE EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO:

5.1 (X) SERVIÇO:

5.1.1() de natureza contínua ou (X) de escopo;

5.1.2. () com mão de obra alocada ou (X) sem mão de obra alocada;

5.1.3. (X) regime de execução por preço unitário; () regime de execução por preço global; ou () regime de execução por tarefa.

5.2() AQUISIÇÃO:

5.2.1. () forma de fornecimento integral; () forma de fornecimento parcelada; ou () forma de fornecimento contínua

6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para execução e entrega da obra é de 2 meses corridos e será contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início para a execução da obra ou serviço.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Estação de Tratamento de Água de Itaíba.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;
- 8.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante, devidamente habilitados para execução do serviço, identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -EPI ;
- 8.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 8.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 8.7 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 8.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;



- 8.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.15 Obter as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, exceto a licença ambiental, que será providenciada pela CEDAE junto ao INEA;
- 8.16 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos.
- 8.17 Elaborar o Diário de Obra conforme Resolução nº 1024 de 21 de agosto de 2009 do CONFEA.
- 8.18 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
- 8.19 Observar todas as diretrizes e regras de caráter ambiental vigentes.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Previsões conforme art. 32, §1º da Lei nº 13.303/2016.

Visando à economia da manutenção e operacionalização das unidades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, a execução deverá atender os seguintes requisitos:

- I. uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- II. automação da iluminação, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- III. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- IV. comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação da obra.

Devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

Os equipamentos a serem fornecidos e instalados devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II. mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- IV. utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- V. Observe a Resolução CONAMA nº 001, de 8 de março de 1990, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- VI. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



- VII. realize um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VIII. realize a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- IX. Atendimento à NOP – INEA 27/2015 – Norma Operacional para licenciamento de atividades de coleta e transporte rodoviário de resíduos de construção civil (RCC);
- X. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

11. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

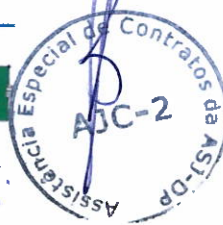
Os serviços serão executados em estrito atendimento às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas internacionais equivalentes, normas de Segurança do Trabalho e normas da CEDAE.

12. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

- 12.1 É facultado à CEDAE exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo;
- 12.2 A fiscalização da CEDAE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue;
- 12.3 Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o artigo 1º da referida lei, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato;
- 12.4 No caso de obra, a CONTRATADA fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da CEDAE, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – Pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;



- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – Pela **FISCALIZAÇÃO**:

- a) vistar a veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

12.5 Ao final da obra, o Diário referido será transferido à propriedade do CEDAE.

13. VISITA TÉCNICA

- 13.1 Os interessados poderão realizar visita técnica a ser realizada até o 2º (segundo) dia útil antes da entrega das propostas, e deverá ser marcada com Leonardo Machado de Oliveira da Costa ou com Iuri Moreno de Medeiros, através dos telefones: 2332-5668 e 2332-5722.
- 13.2 A visita técnica poderá ser realizada por qualquer interessado, não sendo obrigatória para fins de participação no certame, porém, a licitante que optar pela não realização da visita técnica, apresentará declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penas da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

14. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Haverá formalização de contrato para os serviços indicados neste termo de referência.

pagamento dos empregados contratados para a execução dos Programas da FIA, com o objetivo de preservar o emprego e a renda durante o enfrentamento do estado de calamidade pública.

§ 1º - Fica autorizado, em caráter excepcional, a destinação de recursos financeiros, sob a forma de remanejamento de despesas originalmente pactuadas no Plano de Trabalho, para o desenvolvimento de ações/atividades destinadas a prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) em situações de comprovada desassistência.

§ 2º - As providências de que trata o caput deste artigo serão comunicadas às Instituições Colaboradoras/Conveniadas pela Gerência de Convênios da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 6º - As Instituições Colaboradoras/Conveniadas que executam os Programas desta Fundação na modalidade Acolhimento Institucional (Abrigos), não terão seus atendimentos suspensos em razão da alta complexidade, e deverão adotar medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), assim como reportar às autoridades de saúde e a esta Fundação a ocorrência de caso em que a criança e/ou adolescente apresente febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, malgria, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais).

Art. 7º - As Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) de que trata o art. 6º, deverão adotar de imediato as seguintes medidas:

- I - obrigatoriedade na utilização dos insumos padrão de itens de higiene, especialmente, álcool-gel, água sanitária, clorex, luvas de látex, papel higiênico, saneantes e sacos de lixo;
- II - obrigatoriedade da constante higienização das mãos e braços por todos os acolhidos e profissionais, de acordo com os critérios da OMS;
- III - obrigatoriedade da utilização de máscaras e luvas em todos os procedimentos com os acolhidos, nos casos confirmados;
- IV - garantir o isolamento dos usuários acolhidos com suspeita ou confirmação de contaminação do coronavírus (COVID-19);
- V - obrigatoriedade da utilização de toalha de papel ou papel higiênico para higienização da secreção da boca e nariz, devendo ser preservada a individualidade de cada acolhido;
- VI - intensificação da limpeza, assepsia e higienização dos objetos, utensílios, ambientes e superfícies;
- VII - manter a ventilação natural nos ambientes e diminuir o uso de condicionadores de ar ao estritamente necessário;
- VIII - manter distanciamento entre as camas, espaços para refeição e outros locais de uso comum;
- IX - adotar estratégias com espaços externos para garantir maior ventilação;
- X - redução de visitas para atendimentos médicos e terapêuticos de baixa complexidade;
- XI - suspensão temporária pelo período de 15 dias das visitas à Unidade de Acolhimento, salvo em casos excepcionais.

Art. 8º - As Instituições Colaboradoras/Conveniadas que executam o Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítila de Violência deverão adotar as medidas necessárias para a implantação do regime de escola de trabalho, visando assegurar a integridade da função, nomenclatura dos Núcleos de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA).

Parágrafo Único - A escala de trabalho que trata o caput deverá ocorrer no sistema de rodízio, mantendo ao menos 1 (um) membro da equipe técnica (assistente social ou psicólogo) por plantão, a fim de que na ocorrência de novas casos (de demanda espontânea ou encaminhados pelos órgãos de proteção), seja possível o acolhimento, a avaliação do risco e a efetivação de procedimentos/encaminhamentos necessários para garantir a proteção integral da criança/adolescente.

Art. 9º - Ficam notificadas as Instituições Colaboradoras/Conveniadas que executam os programas da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA, a adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários e colaboradores quanto aos riscos do novo coronavírus (COVID-19), e quanto à necessidade de reportar às Unidades de Saúde ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando sujeitas à responsabilização em caso de omissão que resulte prejuízo à esta Fundação.

Art. 10 - Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

ANA LUCIA MANTUANO NOGUEIRA
Presidente

M: 2246459

Secretaria de Estado das Cidades

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SECID Nº 15 DE 01 DE ABRIL DE 2020

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO NA
FORMA QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no exercício de suas atribuições legais, dispõe, nos Processos nºs SEC-33018/00199/2019 e SEC-08/002001845/2019:

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir membros da Comissão, designados através da Resolução SECID Nº 11/2019, publicada no D.O. de 27.12.2019, página 27, conforme abaixo, prevalecendo os demais servidores indicados na Resolução citada.

Substitui Marília Fonseca Cerqueira - ID: 510453-0 por BRUNO LIMA DUARTE - ID 51051192.

Substitui Carlos Henrique do Nascimento - ID: 5585929 por FABIO LUNZ DOS SANTOS LIMA - ID 51024403.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020
JUIZ DE PAZ
Secretário de Estado das Cidades

M: 2246718

Gabinete de Segurança Institucional do Governo

SUBSECRETARIA MILITAR

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 01.11.2019

PROCESSO Nº E-13/002136/2019 - Revalidação e Vinculação de Placas Particulares - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 46.840, de 15.04.2019.

M: 2246554

SUBSECRETARIA MILITAR

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 31.03.2020

PROCESSO Nº E-39/00270/2020 - Vinculação de Placas Particulares - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 46.840, de 15.04.2019.

M: 2246554

DE 01.04.2020

PROCESSO Nº E-39/00271/2020 - Revalidação de Placas Particulares - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 46.840, de 15.04.2019.

M: 2246538

SUBSECRETARIA MILITAR

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 01.04.2020

PROCESSO Nº E-39/00272/2020 - Vinculação de Placas Particulares - MARINHA DO BRASIL - COMANDO MILITAR DO LESTE. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 46.840, de 15.04.2019.

M: 2246563

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 12/2020, assinado em 31.03.2020. PARTES: DER-RJ e a Empresa PREMAG - SISTEMA DE CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA PONTE MISTA SOBRE O CANAL CAJÓIS - MACAÉ, NA ESTRADA DO CERAMISTAS, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ - 238. PRAZO: 60 (sessenta) dias corridos. VALOR: R\$ 1.707.409,50 (um milhão, setecentos e sete mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e três centavos). FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.863/1993 e Decreto Estadual nº 3.148/1980. PROCESSO Nº E-16/00261060/2019.

M: 2246195

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico nº 001/2020, Processo nº E-16/00260824/2019, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância desarmada ininterrupta, nas unidades relacionadas pela Fundação DER-RJ em seu Termo de Referência, anteriormente aditado sine die, está sendo REMARcado de seguinte forma: PRAZO DE ABERTURA: 20/04/2020. Data para recebimento das propostas: até 10h. Data e Hora para oferecimento de lances: 11h.

M: 2246867

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 177/2019 (DRJ). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a LIDAR CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA. OBJETO: Serviço de manutenção elétrica e eletromecânica da estação de tratamento de água do Município de Itaboraí. PRAZO: 02 (dois) meses. VALOR TOTAL: R\$ 83.758,26 (oitenta e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos). DATA DE ASSINATURA: 15/03/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.513/2019 (DL nº 003/2019 - DRJ).

M: 2246483

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 048/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A. OBJETO: Serviços de manutenção corretiva no MOTOR SÍNCRONO Nº 7 (Nº DE SÉRIE 33281-1), 18 POLOS, 900 HP, 13,8 KV DA ELEVAÇÃO SUBESTAÇÃO DO LAMEIRO. PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias. VALOR TOTAL: R\$ 1.419.775,24 (um milhão, quatrocentos e dezasseis mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). DATA DE ASSINATURA: 17/03/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.966/2018 (Pregão Eletrônico - PE nº 535/2019).

M: 2246454

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 022/2016 (DI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ECOSYSTEM PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA. OBJETO: "Promoção do prazo de execução dos serviços". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR TOTAL: R\$ 815.891,55 (oitocentos e quinze mil oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos). DATA DE ASSINATURA: 01/04/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.590/2014 (Concorrência Nacional - CN nº 203/2015).

M: 2246634

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecimento de Bens nº 081/2020 - FUSPOM. PARTES: SEPM e a NCS Indústria e comércio de equipamentos para saúde Ltda - CNPJ: 55.168.741/0001-10. OBJETO: Aquisição de aparelhos de incineração inspiratória à volume de uso e descartável, e aparelhos para desobstrução brônquica occlusória de uso individual. VALOR TOTAL: R\$ 17.329,40 (dezoito mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).

GESTOR: 1º SGT PM RG 68.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3). FISCALIS: MAJ PM FIS RG 76.992 Daniel Araújo Gonçalves Aragão (HCPM). MAJ PM ENF RG 76.939 Aline Paranhos Brochado (HCPM). DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2020. FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-35/091/255/2020.

M: 2246828

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecimento de Bens nº 093/2020 - FUSPOM. PARTES: SEPM e a Avante Brasil Comércio Eletrônico - CNPJ: 22.706.161/0001-38. OBJETO: Aquisição de materiais médicos hospitalares. VALOR TOTAL: R\$ 475.725,11 (quatrocentos e setenta e cinco mil setecentos e vinte e cinco reais e onze centavos). GESTOR: 1º SGT PM RG 68.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3). FISCALIS: CAP PM ENF RG 89.669 Carla Sena Barbosa de Oliveira - ID Funcional: 43616216 (HCPM). CAP PM ENF RG 89.414 NATÁLIA VICTOR MADEIRA SENNA - ID FUNCIONAL: 43546056 (HCPM). CAP PM RG 82.485 Camila Verdan do Nascimento Santana (HPM/NIT). 2º SGT PM RG Alex Sandro Pereira Pinto (HPM/NIT). DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2020. FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-35/091/72/2020.

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecimento de Bens nº 099/2020 - FUSPOM. PARTES: SEPM e a Linea-RJ Comércio EIRELI - CNPJ: 17.624.789/0001-54. OBJETO: Aquisição de materiais médicos hospitalares. VALOR TOTAL: R\$ 6.615,00 (seis mil seiscentos e quinze reais). GESTOR: 1º SGT PM RG 68.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3). FISCALIS: CAP PM ENF RG 89.669 Carla Sena Barbosa de Oliveira - ID Funcional: 43616216 (HCPM). CAP PM ENF RG 89.414 NATÁLIA VICTOR MADEIRA SENNA - ID FUNCIONAL: 43546056 (HCPM). CAP PM RG 82.485 Camila Verdan do Nascimento Santana (HPM/NIT). 2º SGT PM RG Alex Sandro Pereira Pinto (HPM/NIT). DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2020. FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-35/091/72/2020.

M: 2246721

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 080/2020-FUSPOM. PARTES: SEPM e a Empresa SULLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME CNPJ: 32.198.434/0001-34. OBJETO: Prestação de testes rápidos imunológicos e materiais acessórios para laboratório. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses. VALOR TOTAL: R\$ 37.337,55 (trinta e sete mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/03/2020. GESTORAS DO CONTRATO: TEN ANDREZA FRAUCHES COSTA RG 104.892. FISCALIS DO CONTRATO: TEN PM ALESSANDRA AUGIMERI RG 89.487. CAP PM KAMILA CORREIA LOUREIRO WELET FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/106/123/2018.

M: 2246472

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 113/2018. PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a EMPRESA CECOP - CENTRAL DE EXAMES COMPLEMENTARES OFTALMOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.880.581/0001-85. OBJETO: Prestação de serviços médico-hospitalar em oftalmologia. PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 03 de abril de 2020. VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). DATA DA ASSINATURA: 01/04/2020. FUNDAMENTO DO ATO: O decidido no Processo Administrativo nº E-09/106/78/2018.

M: 2246895

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo de Alteração Unilateral para Acrescimo Quantitativo do Objeto ao Contrato nº 221/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa ATRIO RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços contínuos de apoio administrativos no HCPM, DGS, HPM-NIT, OCPI e CRP/PM. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 381.442,80 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 02/04/2020. FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº E-09/044/110/2017.

M: 2246780

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 035/2020 - (PMERJ) MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de 3 (três) próteses modulares para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar). ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 035/2020). DATA DA LICITAÇÃO: Dia 27/04/2020, às 10:00 horas. VALOR ESTIMADO: R\$ 71.797,47 (setenta e um mil setecentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos). PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-35/091/301/2019.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.031-040.

M: 2246820

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 036/2020 - (PMERJ) MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Aquisição de eletrocardiogramas para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar). ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 036/2020). DATA DA LICITAÇÃO: Dia 30/04/2020, às 10:00 horas. VALOR ESTIMADO: R\$ 17.753,78 (cento e setenta e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos). PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-35/091/293/2019.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.031-040.

M: 2246821

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 037/2020 - (PMERJ) MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de instrumentos odontológicos para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar).

DESIGNAR, nos termos do art. 35, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.289, de 19/05/1999, o Assessor MARCELO SANTANA PIETRA, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, pelo expediente da Assessoria de Controle dos Cargos em Comissão, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-120001/003436/2020.

EXONERAR VALDEA GOMES BITTENCOURT RODRIGUES, ID FUNCIONAL Nº 2033236-0, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Controle dos Cargos em Comissão, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-120001/003436/2020.

NOMEAR VALDEA GOMES BITTENCOURT RODRIGUES, ID FUNCIONAL Nº 2033236-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Assessoria de Controle dos Cargos em Comissão, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-120001/003436/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de abril de 2020, LISBETH BURGER DE OLIVEIRA, ID FUNCIONAL Nº 5001893-0, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Gestão do Cadastro e Processos de Pessoal, da Superintendência de Normas e Consultas, da Subsecretaria de Gestão de Pessoal, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº SEI-120001/003408/2020.

NOMEAR FERNANDA PASSARELLI ALVES para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Gestão do Cadastro e Processos de Pessoal, da Superintendência de Normas e Consultas, da Subsecretaria de Gestão de Pessoal, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Lisbeth Burger de Oliveira, ID Funcional nº 5001893-0. Processo nº SEI-120001/003408/2020.

NOMEAR YURI FREDERICO OLIVEIRA FERNANDES, ID FUNCIONAL Nº 5011510-3, para exercer, com validade a contar de 10 de março de 2020, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Michelle Macedo Gonçalves Botelho, ID Funcional nº 5031834-9. Processo nº SEI-080001/005500/2020.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 27 de março de 2020, publicado no D.O. de 30/03/2020, que nomeou KLEBER FERREIRA DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 01 de março de 2020, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Michelle Macedo Gonçalves Botelho, ID Funcional nº 5031834-9. Processo nº SEI-080001/005500/2020.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 27 de março de 2020, publicado no D.O. de 30/03/2020, que nomeou YURI FREDERICO OLIVEIRA FERNANDES, ID FUNCIONAL Nº 5011510-3, para exercer, com validade a contar de 10 de março de 2020, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Superintendência de Recursos Humanos, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Lenivaldo Gomes da Silva Junior, ID Funcional nº 3003815-4. Processo nº SEI-080001/005500/2020.

NOMEAR KLEBER FERREIRA DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 01 de março de 2020, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Superintendência de Recursos Humanos, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Lenivaldo Gomes da Silva Junior, ID Funcional nº 3003815-4. Processo nº SEI-080001/005500/2020.

EXONERAR VINÍCIUS DE JESUS PACHECO DE SOUZA, ID FUNCIONAL 5107497-4, do cargo em comissão de Chefe de Equipe Técnica, símbolo DAI-5, da Divisão de Gestão, do Departamento Geral de Administração de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ, da Secretaria de Estado da Saúde. Processo nº E-08/004/193/2020.

NOMEAR ANTONIO EDUARDO COELLAR MONTEBELLO BONDIM para exercer o cargo em comissão de Chefe de Equipe Técnica, símbolo DAI-5, da Divisão de Cadastro, do Departamento Geral de Administração de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Vinícius de Jesus Pacheco de Souza, ID Funcional 5107497-4. Processo nº E-08/004/193/2020.

NOMEAR GUSTAVO LUIZ PIRES PEREIRA, ID FUNCIONAL Nº 5106992-7, para exercer, com validade a contar de 01 de março de 2020, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado da Saúde, anteriormente ocupado por Aline Pinho da Fonseca, ID Funcional nº 5091633-5. Processo nº SEI-080001/005500/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de abril de 2020, ARMANDO ALVES LAVOURAS JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5007688-4, do cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado da Saúde. Processo nº SEI-080001/001948/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 30 de março de 2020, MARIANA DE BEZERRA DOMINGUES DE OLIVEIRA, ID FUNCIONAL Nº 4347875-8, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Gestão Ecológica, da Gerência de Gestão do Território e Informações Geoespaciais, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070002/002545/2020.

NOMEAR LAÍS ALMEIDA DA COSTA PESSANHA, ID FUNCIONAL Nº 5092667, para exercer, com validade a contar de 30 de março de 2020, o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Gestão Ecológica, da Gerência de Gestão do Território e Informações Geoespaciais, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Mariana de Bezerra Domingues de Oliveira, ID Funcional nº 4347875-8. Processo nº SEI-070002/002545/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 30 de março de 2020, LAÍS ALMEIDA DA COSTA PESSANHA, ID FUNCIONAL Nº 5092667, do cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070002/002545/2020.

NOMEAR PEDRO FEIJÓ DE OLIVEIRA para exercer, com validade a contar de 30 de março de 2020, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Laís Almeida da Costa Pessanha, ID Funcional nº 5092667. Processo nº SEI-070002/002545/2020.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de abril de 2020, JEANE HESPANHOL MOZER, ID FUNCIONAL Nº 51020092, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-8, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-180007/00417/2020.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 30 de março de 2020, MARCIO OLIVEIRA MACIELADO, ID FUNCIONAL Nº 5107747-7, do cargo em comissão de Auxiliar, símbolo DAI-5, da Fundação Anísio Mau Mau de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-180002/000176/2020.

NOMEAR KELLY REGINA DA SILVA OLIVEIRA VIEIRA, ID FUNCIONAL Nº 4348516-2, para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DAS-8, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Kelly Regina da Silva Oliveira Vieira, ID Funcional nº 4458684-1. Processo nº SEI-310003/001153/2020.

NOMEAR KAELE FLORES PRADO para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-8, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Vanessa Barbosa Valente, ID Funcional nº 5106415-4. Processo nº SEI-310003/001153/2020.

NOMEAR ISABELA SABATINO PIMENTEL PEREIRA para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2020, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-5, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Célia Adriana Martins Moreira, ID Funcional nº 5106527-4. Processo nº SEI-310003/001153/2020.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de abril de 2020, BEATRIZ DE CÁSSIA FAGUNDES DA PURIFICAÇÃO, ID FUNCIONAL Nº 5102098-0, do cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado do Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000154/2020.

APOSTILA DO SECRETÁRIO DE 01 DE ABRIL DE 2020

DECRETO DE 30/03/2020 - D.O. DE 31/03/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo SEI-080001/005500/2020, fica ratificado para ROBERTO ALEXANDRE LIMA LEAL, o nome do servidor a quem se refere o presente Decreto de designação, para sem prejuízo de suas atribuições, substituir, eventualmente, o Subsecretário Executivo, da Secretaria de Estado da Saúde, mantidos os demais termos.

M: 2246814

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 01 DE ABRIL DE 2020

PROCESSO Nº SEI 04130/00375/2019 - AUTORIZO, diante da delegação de competência prevista no Decreto nº 40.644/07, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 41.193/08, a lavratura do Termo de Cessão de Uso, em favor do Município de Barra Mansa, para utilização pelo seu Poder Legislativo, do imóvel da Rua República do Paraguai nº 60, Centro, Município de Barra Mansa. Motivam esta decisão o fato do imóvel já ser utilizado pelo Município de Barra Mansa, através do seu Poder Legislativo, não existir pleito de órgão ou entidade estadual para utilização do imóvel e o Cessionário se comprometer a cumprir os encargos indicados na cláusula quinta do minuta do Termo de Cessão de Uso (documento nº 1765210), atendendo-se ao disposto no art. 40, §1º, da Lei Complementar nº 08/77. Aprovo as minutas do Termo de Cessão de Uso (documento nº 1765210) sendo que o prazo de 20 (vinte) anos, da vigência da cessão de uso, iniciará na data de celebração do instrumento. Esta decisão atende ao disposto no art. 5º, parágrafo Único, da Lei Complementar nº 08/77.

PROCESSO Nº SEI 04130/00376/2019 - AUTORIZO, diante da delegação de competência prevista no Decreto nº 40.644/07, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 41.193/08, a lavratura do Termo de Cessão de Uso do imóvel da Rua da Alfândega nº 8, Centro, Município do Rio de Janeiro, para o RIOPREVÊNCIA utilizá-lo em suas atividades institucionais. A cessão de uso será gratuita e pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da celebração do Termo de Cessão de Uso. Justifica a cessão de uso o fato de não existir pleito ocupacional por órgão da administração direta do Estado e gerar economia para aarquia que não precisará arcar com despesas equivalentes ao pagamento de aluguel, assim sendo, aplica-se ao caso o art. 40, §2º, da Lei Complementar nº 08/77. Aprovo as minutas dos Termos de Cessão de Uso (documento nº 2707648). Esta decisão atende ao disposto no art. 5º, parágrafo Único, da Lei Complementar nº 08/77.

M: 2246845

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 27/03/2020

PROCESSO Nº E-12/879/277/2020 - Conforme a solicitação do Sr. Diretor Administrativo no despacho acostado à fl. 88, AUTORIZO que a Prestação de Serviço discriminada na CS019/2020 seja ADJUDICADA à Empresa Enar Engenharia e Arquitetura LTDA, prestadora de serviço de consultoria técnica especializada em engenharia, no valor total de R\$ 24.192,00 (vinte e quatro mil cento e noventa e dois reais), para cobrir o período de 45 (quarenta e cinco) dias, com fundamento no inciso II, do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2019.

PROCESSO Nº E-12/879/226/2020 - Conforme a solicitação do Sr. Diretor Administrativo no despacho acostado à fl. 121, AUTORIZO que a Prestação de Serviço discriminada na CS022/2019 seja ADJUDICADA à Empresa Quality Lux Comércio e Indústria de Materiais Elétricos e Iluminação LTDA, referente à aquisição de 06 (seis) luminárias de LED, no valor total de R\$ 2.568,00 (dois mil quinhentos e sessenta e oito reais), com a necessidade das substituições das lâmpadas em caráter emergencial, com fundamento no inciso II, do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2019.

M: 2246333

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 30/03/2020

DESIGNA IURI MORENO DE MEDEIROS, Engenheiro C, como Presidente, RAHNER FELISBERTO NOGUEIRA, Técnico de Contabilidade II e ADELSON MEENES DA COSTA, Técnico de Saneamento II como Membros Titulares e GIOVANI CARDOZO DE FREITAS, Agente de Saneamento I, como Membro Suplente. Gerente do Contrato SERGIO RICA LEAL, Agente Administrativo F, e JOSE RIBAMAR GOMES DE SENNA JUNIOR, Agente de Saneamento I, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E ELETRÔNICA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ITALIA GDRI-11", de que trata o Processo nº E-07/100.513/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 27.437-00/2020.

M: 2246462

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 31/03/2020

DESIGNA TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO, Engenheiro B, como Presidente, RONALDO DA SILVA CANAVEZES, Técnico de Eletromecânica II, CARLOS HENRIQUE MARQUES, Agente de Saneamento II, como Membros Titulares e ROSSON PORTO CARDOSO, Engenheiro C, como Membro Suplente. Gerente do Contrato PEDRO IVO COELHO ORTOLANO, Analista de Qualidade D, e ADILSON FERREIRA BORGES, Analista de Qualidade D, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "SERVIÇO DE REGENERAÇÃO DO ÓLEO ISOLANTE E MANUTENÇÃO DE 1 (UM) TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA DE 138/13,8 KV DA SUBESTAÇÃO PRINCIPAL DA ETA GUANDU", de que trata o Processo nº E-07/100.462/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 27.440-00/2020.

M: 2246461

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 31/03/2020

DESIGNA PEDRO HENRIQUE MARIANO ALMEIDA, Engenheiro C, como Presidente, LANDERLEY LEMOS DE ABREU e RONALDO DA SILVA CANAVEZES, Técnicos de Eletromecânica II, como Membros Titulares e JOSE JORGE SIQUEIRA BARBOSA, Técnico de Eletromecânica II, como Membro Suplente. Gerente do Contrato PEDRO IVO COELHO ORTOLANO, Analista de Qualidade D, e ROSSON PORTO CARDOSO, Engenheiro C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SINCRONO Nº 7, DE SERIE 33261-1), 18 POLOS, 9000 HP, 13,8 KV DA ELEVATORIA SUBESTRAÇÃO DO LAMERAO", de que trata o Processo nº E-07/100.968/2018. Ordem de Serviço P/FIS nº 27.438-00/2020.

M: 2246460